O papel da imprensa no projeto de distensão política: uma análise da série jornalística 'Assim vivem os nossos superfuncionários', de *O Estado de S. Paulo*[1]

Marcio de Souza CASTILHO[2]
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

O artigo tem o objetivo de discutir a atuação dos meios de comunicação no processo de abertura política promovido pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1978). Para proceder a essa análise, examinamos, como objeto de estudo, a série de reportagens "Assim vivem os nossos superfuncionários", publicadas de 1º a 4 de agosto de 1976, pelo *O Estado de S. Paulo*. O trabalho jornalístico revela os privilégios e os limites entre o público e o privado no uso do dinheiro público por parte de ministros e funcionários do alto escalão em Brasília e em estados da Federação. A partir do resgate do contexto histórico, vamos verificar se as estratégias discursivas empregadas pelo jornal estão alinhadas com o projeto de abertura "lenta, gradual e segura", conduzido por Geisel e por Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil da Presidência.

Palavras-chave: jornalismo; narrativa; memória; poder

Introdução

O governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1978), o quarto no ciclo da ditadura militar no Brasil, inicia o movimento de liberalização política controlada, reconduzindo o país ao processo de redemocratização. Mas a passagem de um regime autoritário para um sistema mais aberto, com a incorporação de setores da sociedade civil, como a Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a imprensa ao debate político, foi marcada por tensões, avanço, recuos e contradições. O regime não tinha um projeto claro de distensão política. Temia ser surpreendido com a reorganização das esquerdas e grupos "subversivos" – que estavam sob controle desde o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) – caso retirasse de uma só vez os instrumentos de repressão que garantiam a legitimidade do Estado autoritário. Geisel e seu estrategista político, o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência, tinham uma certeza: desejavam promover a abertura política, mas em nenhum momento perder controle sobre ela.

[1] Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano na mesma instituição. Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), email: castilhorio@terra.com.br

Os planos de Geisel em seu primeiro ano de governo incluíam fortalecer a Arena, o partido do governo, nas eleições de novembro de 1974 e manter as altas taxas de crescimento da gestão anterior. A aceleração do crescimento havia legitimado o governo Médici. O novo presidente não queria desperdiçar essa herança dos tecnocratas responsáveis pela política econômica. O contexto político e econômico, no entanto, não foi favorável ao presidente e provocou recuos no seu programa de liberalização, com concessões ao modo autoritário de governar para não perder controle sobre o processo de abertura política. As idas e vindas no diálogo com a sociedade civil, os períodos de maior ou menor intensidade da censura e o fechamento do congresso se relacionam assim com a conjuntura de forças daquele momento histórico.

A equipe econômica manteve o crescimento econômico de 9,5% em 1974, mas a inflação chegou a 34,5% naquele ano (Skidmore, 1988: 353)[3]. As exportações registraram aumento de 28,2%, porém as importações saltaram para 104%, provocando um déficit na balança comercial da ordem de US$ 4,7 bilhões. Para conter a crise na balança de pagamentos, o governo usou reservas cambiais e praticamente duplicou sua dívida externa líquida, de US$ 6,2 bilhões para US$ 11,9 bilhões em 1974 (idem).

A crítica ao modelo econômico adotado foi um dos temas mais explorados por opositores políticos do regime. Alguns órgãos da imprensa começaram a questionar o chamado "milagre brasileiro", iniciado no governo Médici. Em 28 de julho de 1974, o *Jornal do Brasil* publicou artigo intitulado "A renda mal distribuída", em que contestava a estratégia do ex-ministro da Fazenda Delfim Neto de "primeiro deixar o bolo crescer para depois distribuir". Políticos do MDB também exploraram o tema da recessão econômica nas eleições parlamentares diretas, em novembro de 1974. O pleito para governadores permanecia indireto. A campanha dos opositores, que tiveram acesso à propaganda política na televisão, surtiu efeito nas urnas. O resultado foi amplamente favorável ao MDB[4].

A resposta de Geisel ao deslocamento das elites políticas e intelectuais no rumo da defesa da democracia viria a partir do ano seguinte, quando velhas práticas de repressão

[3] O autor faz uma ressalva quanto aos índices oficiais apresentados pelo governo, pois os órgãos de estatística sofriam constante interferência política.

[4] O partido da oposição quase dobrou sua representação na Câmara dos Deputados, passando de 87 para 165 deputados federais. A Arena ainda tinha maioria simples, mas o número de parlamentares do partido do governo caiu de 223 para 199. Na contagem dos votos, o MDB recebera 10,95 milhões de votos contra 11,87 milhões da Arena. Quatro anos antes, a Arena havia obtido uma larga vantagem de 6,1 milhões de votos. No Senado, o MDB obteve 14,6 milhões de votos contra 10 milhões do partido do governo. A oposição obteve 16 das 22 cadeiras em disputa – estava sendo renovado 1/3 das 66 cadeiras existentes – aumentando sua representação para 20 senadores. A representação da Arena caiu de 59 para 46 senadores (Skidmore, 1988: 337). Nas eleições para as assembléias legislativas, deputados da oposição também tiveram vitórias em estados importantes politicamente, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná.

política são retomadas para o regime não perder autoridade. Suas ações vão demonstrar as contradições de um governo que, enquanto dava demonstrações de abrir um canal de interlocução com a sociedade civil, permaneceu fazendo uso dos poderes conferidos pelo AI-5 para cassar parlamentares, fechar o Congresso e censurar os órgãos de comunicação. Kushnir (2004) comenta esse aspecto: "Sua imagem, no processo histórico, apresenta um descompasso entre promessas e realidade" (idem: 204).

Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi encontrado morto nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército em São Paulo[5]. O desfecho do caso era uma resposta de grupos inconformados dentro das Forças Armadas com a derrota nas eleições parlamentares de novembro de 1974 e com a retomada de setores da sociedade civil ao debate político.

A sucessão de Geisel representou outro momento de tensão para o Estado autoritário em sua relação com a sociedade brasileira. Reformas constitucionais, incluídas no chamado "Pacote de Abril" de 1977, visavam inviabilizar a vitória do MDB nas eleições daquele ano, como ocorrera em 1974, e foram consideradas por jornais e revistas do período como um retrocesso de Geisel quanto ao seu compromisso de redemocratizar o país. Para redefinir o tabuleiro do poder, amplamente favorável aos políticos de oposição, o governo promoveu uma série de mudanças na legislação eleitoral. O objetivo era tornar a Arena imbatível nas eleições de 1978. A aprovação das emendas exigiria apenas maioria simples. Ficou determinado ainda que os governadores de Estado e um terço dos senadores seriam escolhidos indiretamente. Institucionalizava-se assim a figura do "senador biônico". O "Pacote de Abril" também ampliou de cinco para seis anos o mandato presidencial.

Com o objetivo de anular ainda mais o poder da oposição, o governo já havia regulado a propaganda eleitoral no rádio e na televisão por meio da "Lei Falcão", aprovada em 1976. Na campanha política para a TV, permitia-se apenas o uso da imagem, sem som, dos candidatos dos dois partidos.

O nome do substituto de Geisel, a exemplo dos seus antecessores, foi definido por um grupo restrito de militares. Em 14 de outubro de 1978, por 355 a 266 votos, o Congresso ratificou o nome do general João Batista Figueiredo, ex-chefe do Gabinete Militar de Médici e então Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

[5] Judeu iugoslavo que emigrara para o Brasil com sua família, Herzog formou-se na Universidade de São Paulo (USP) e seguiu carreira no jornalismo, trabalhando três anos no serviço brasileiro da BBC e assumindo postos de comando na TV Cultura.

Antes de deixar o comando, Geisel começa a desmontar alguns instrumentos da estrutura autoritária que lhe permitiram manter o controle da liberalização política. Em outubro de 1978, envia proposta de emenda constitucional ao Congresso, prevendo, dentre as mudanças mais importantes, a revogação do AI-5. Considerado um instrumento que legitimou o arbítrio, provocando o fechamento do regime militar em 1968, o ato institucional nº 5 vigorou durante dez anos. Foi extinto em 31/12/1978 e com ele uma série de medidas que restringiam liberdades e mantinham o Legislativo e o Judiciário sob controle do Planalto. Sem o AI-5, era restabelecido o direito ao *habeas corpus* e também estavam revogadas as pernas de morte e banimento.

No campo jornalístico, a Associação Interamericana de Imprensa aprova um relatório em que define a situação como de "liberdade consentida". Atos e decretos dispondo sobre a prática de censura continuavam em vigor. O governo retira a censura prévia, em 8 de junho de 1978, nos três últimos órgãos de divulgação (*Tribuna da Imprensa*, *Movimento* e *O São Paulo*) sobre os quais os censores ainda atuavam. O mesmo ocorre no rádio e na televisão. Contudo, a Lei de Segurança Nacional permaneceu em vigor, tipificando crimes de imprensa e atribuindo ao Ministério da Justiça, como observa Abreu (2002), "competência para apreender e suspender impressos, caso estes implicassem crimes contra a segurança nacional" (idem, p. 27). A interferência da Lei de Segurança Nacional sobre a imprensa só terminaria com a aprovação da Lei nº 7.170 durante o governo Figueiredo.

O diálogo da imprensa com o governo Geisel

Decorrente do processo de controle do Estado sobre os meios de comunicação, o debate político esteve afastado do noticiário dos principais veículos de imprensa, especialmente após o AI-5, em dezembro de 1968. A baixa representatividade de matérias na esfera política esteve associada à institucionalização da censura prévia e outros instrumentos de intimidação que levaram muitos proprietários de jornais a adotar uma prática da autocensura dentro das redações.

Durante o governo Geisel, a retirada parcial da censura em alguns veículos fazia parte do movimento de liberalização política controlada dos militares no poder. O início do processo de abertura "lenta, gradual e segura" do regime deveria ter como suporte estratégico a colaboração de setores importantes da imprensa, como ocorrera no movimento que derrubou o presidente João Goulart, em 1964. Este acordo – que teve como principal articulador o chefe da Casa Civil da Presidência, Golbery do Couto e Silva – implicava na

retirada negociada da censura em alguns jornais e permanência das restrições à liberdade de expressão em outros.

A abertura do diálogo com a imprensa pressupunha mais do que a permanência da autocensura nas redações. Como informa Kucinski, no processo de transição era "preciso a voz ativa dos jornalistas, criando um discurso consensual em torno de um padrão de abertura política" (Kucinski, apud Kushnir, 2004: 53). Nesse sentido, com a suspensão negociada da censura, o governo militar estabelece uma nova relação com a imprensa: retira os instrumentos de imposição, como a censura prévia, e firma um pacto consensual com jornalistas e donos de empresas, visando, em longo prazo, redemocratizar o país.

Assim, nos primeiros meses de 1975, o governo adota uma medida conciliatória: os censores se retiram das redações de *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* em janeiro daquele ano. Em março de 1975, o governo também suspende a censura prévia em *O Pasquim*. Outras publicações permaneceriam, no entanto, sob a vigilância dos censores: a revista *Veja*, os veículos da imprensa alternativa, dentre eles *Opinião*, *Movimento* e *O São Paulo*, e jornais com tiragens menores, sem grande representatividade nacional, como a *Tribuna da Imprensa*.

A atuação da censura, portanto, teve um caráter seletivo e controlado. Aquino (1999) ilustra o comportamento heterogêneo e em nenhum momento aleatório desta atividade de vigilância e controle, principalmente durante o governo Geisel. Segundo a autora, os censores variaram seu modo de atuação de acordo com os interesses e a imagem que se queria preservar do regime militar. Assim, neste momento histórico, as matérias de cunho econômico e social, publicadas principalmente pela imprensa alternativa, passaram a sofrer controle mais intenso da censura oficial, pois o regime acreditava ter cumprido o objetivo da segurança com o desmantelamento da luta armada nos anos anteriores. A atuação dos censores voltou-se então para o ocultamento das desigualdades sociais com o intuito de sustentar a imagem de desenvolvimento do país. "Houve lógica na censura prévia e ela foi sensível às diferenças dos órgãos de divulgação que vetou, atacando com precisão o ponto em que cada um deles seria considerado mais perigoso na óptica governamental" (Aquino, apud Carneiro, 2002: 531).

A oposição dos órgãos da chamada grande imprensa ao governo Geisel era consentida. A habilidade política de Golbery na retirada negociada da censura em *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* resultou numa espécie de trégua entre o regime militar e os jornalistas mais influentes e donos de jornais. Para a imprensa, se o pacto com Geisel não

era a melhor alternativa, tornou-se o "remédio" necessário para o objetivo maior de promover a transição para o estado de direito.

Esse jogo político entre imprensa e Estado brasileiro durante o governo Geisel pode explicar o enfoque dado pelo *Estado de S. Paulo* na série de reportagens "Assim vivem os nossos superfuncionários", publicadas de 1º a 4 de agosto de 1976, revelando os limites entre o público e o privado no uso do dinheiro público por parte de ministros e funcionários do alto escalão em Brasília e em muitos estados da Federação. O trabalho, conduzido pelo jornalista Ricardo Kotscho, popularizou o termo "mordomia" para explicar o conjunto de privilégios dos ocupantes de cargos públicos na administração direta e nas empresas estatais durante o regime militar.

'Assim vivem os nossos superfuncionários' (1976)

Ricardo Kotscho relata que a pauta de "Assim vivem os nossos superfuncionários" surgiu de uma reportagem da revista *New Yorker* sobre os privilégios dos altos funcionários na então União Soviética (Molica, 2005). O jornalista preparou um roteiro de reportagem, acionou a rede de sucursais e correspondentes do jornal e vasculhou arquivos para verificar, ao longo de dois meses, se as mesmas regalias eram praticadas no país dos militares. Ao todo, 40 repórteres participaram da cobertura.

Já na abertura da série, o jornal enfatiza que a divulgação das "mordomias" só foi possível graças à suspensão parcial da censura à imprensa. Em *O Estado de S. Paulo*, a censura prévia que vinha sendo exercida desde 29/03/1973 foi retirada em 03/01/1975:

> "Na verdade, esta súbita tentativa de desmascaramento do que realmente se passava nos herméticos bastidores governamentais apenas coincidia com um parcial levantamento da censura à imprensa. Os fatos não eram propriamente novos – a novidade consistia na possibilidade de que eles se tornassem públicos" (*"Assim vivem os nossos superfuncionários", O Estado de São Paulo, 01/08/1976*)

Apesar da adoção de um discurso denunciador, as matérias não apenas desvinculam o nome do presidente da República aos privilégios e aos abusos com o dinheiro público como também relatam o esforço pessoal de Geisel para coibir esse tipo de prática. A reportagem publica a íntegra de uma circular encaminhada pelo presidente aos ministros "determinando que fossem tomadas providências enérgicas contra os abusos" e critica a inexistência de uma legislação específica para fiscalizar as atividades dos "superfuncionários" governamentais:

> "(...) Mas hoje sabe-se que a circular do presidente da República só foi divulgada porque ele já havia encaminhado um aviso reservado aos ministros, sobre o mesmo assunto, no ano passado. Como nenhum resultado prático foi observado, ele resolveu tornar o documento ostensivo. (...) Os reiterados apelos e providências do presidente da República comprovam, por sua vez, que ao próprio governo torna-se difícil exercer esse controle e impedir os abusos" (*"Assim vivem os nossos superfuncionários", O Estado de São Paulo, 01/08/1976*)

Nesse sentido, segundo a reportagem, o problema das "mordomias" não está localizado no governo Geisel, mas faz parte de uma tradição da política brasileira. Há que se considerar também o embate histórico, desde o golpe de 1964, entre os "castelistas"[6] e a ala mais radical conhecida como a "linha dura". No primeiro grupo, estavam oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), da qual faziam parte Castelo Branco, Geisel e Golbery. No segundo, aqueles que desejavam o fechamento político do regime, como ocorreu entre 1969 e 1974. Alguns nomes e informações contidos nas matérias são uma referência ao período Médici.

Além da manutenção de uma política repressiva para evitar a reorganização da esquerda revolucionária, Geisel tinha como meta reduzir o poder dos militares "linha dura". Isso porque o aparato de repressão montado no governo anterior não havia sido desmantelado e funcionava a pleno vapor pela polícia política. As forças de segurança muitas vezes ignoravam o comando superior e prosseguiam praticando atos de tortura e morte. Esta herança era vista por Geisel como um ato de desobediência à hierarquia militar e, mais do que isso, uma ameaça ao seu projeto de descompressão política. Como relata Elio Gaspari, um dos jornalistas mais próximos de Golbery, Geisel iniciou o processo de reforma da ditadura em nome de valores como "ordem e hierarquia". Recorda o jornalista, em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 13/09/1996, que a ditadura virara uma anarquia para Geisel, pois a "repressão subvertera a hierarquia militar".

A solução encontrada para manter esses militares na defensiva foi afastá-los de postos decisórios no comando, através de promoções e designação para serviços. Este recurso já havia sido utilizado pelo próprio governo Médici, que nomeou Geisel para a Presidência da Petrobras no período 1969-1973. Geisel e Golbery também estavam convencidos que era importante obter o apoio dos meios de comunicação em sua disputa interna contra os militares "linha dura".

[6] Referência ao marechal Humberto Castelo Branco, primeiro presidente do ciclo da Ditadura Militar mo Brasil (1964-1967).

Quanto ao aspecto editorial, a série sobre os "superfuncionários" ganhou chamada de capa nos três dias em que foi publicada no *Estado de S. Paulo*: "Governo enfrenta um outro Brasil feito de abusos" (01/08/1976), "Escalada de poder e abusos" (03/08/1976) e "Executivo vai agir contra os abusos" (04/08/1976). Visualmente, o jornal mantinha uma diagramação conservadora, com grande quantidade de texto ocupando as oito colunas e poucas fotos nas páginas internas. Fios verticais ainda separavam as colunas. A solução foi ilustrar as reportagens com desenhos da equipe de arte do jornal simulando a "farra" do dinheiro público. Em toda a série, foram publicadas apenas duas fotos (no pé da página) mostrando carros oficiais sendo utilizados para serviços particulares e jatinhos executivos a serviço de órgãos do governo. No entanto, as fotos se referem a informações divulgadas em edições anteriores, ou seja, não dialogam com o texto. Apenas na última reportagem, ao repercutir as denúncias no Congresso e nas assembleias legislativas, nota-se um equilíbrio maior entre texto e imagem, com a publicação de fotos dos deputados federais Carlos Wilson (Arena-PE), Freitas Nobre (MDB-SP) e Aluízio Paraguassu (MDB-RS). Há também uma foto ilustrativa do ministro da Justiça, Armando Falcão.

Em relação ao conteúdo das matérias, o jornal buscou apresentar como viviam, de onde vieram, quanto ganhavam e o que pensavam os "superfuncionários" governamentais. Muitas autoridades beneficiadas pelas mordomias tiveram seus nomes revelados pelo jornal. Em várias passagens, os responsáveis pela edição do material optaram por uma linguagem bem-humorada para fazer as denúncias, como no trecho, abaixo, que aborda o cotidiano das mulheres dos "superfuncionários":

> "O trinco da geladeira quebrou e a mulher não teve dúvidas: chamou um mordomo, pago pelo governo, e deu-lhe ordens para requisitar imediatamente uma geladeira nova, paga pelo governo. Afinal, para quem é mulher de um diretor do Banco do Brasil, pago pelo governo, é mais fácil comprar uma geladeira nova do que mandar consertar a velha – velha de doze meses de uso. (...) Elas, as mulheres dos nossos superfuncionários estatais, são muito exigentes e não gostam de perder tempo com detalhes. (...) Agora o joguinho de baralho de todas as tardes, sempre a dinheiro, esse é sagrado. Nunca falha. As preferências das mulheres do primeiro escalão variam entre o tradicional buraco, o pif-paf e o biribinha-amigo, acompanhados, é claro, do chá das cinco" (*"Em tudo, o clima de uma grande festa". O Estado de S. Paulo, 01/08/1976*)

Os privilégios – casas luxuosas, carros, helicópteros, aviões corporativos e cartões de crédito pagos pelo contribuinte – não se restringiam à Presidência da República e aos ministérios. Conforme a denúncia do jornal, as regalias se estendiam às empresas estatais e de economia mista, autarquias e fundações, governos estaduais e municipais. Parte dos recursos para financiar a ostentação e o gasto excessivo de políticos e servidores vinha das

chamadas verbas de representação. O aparato colocado à disposição dos "superfuncionários" também incluía "uma estranha participação nos lucros de empresas estatais que apresentem déficit em seus balanços" ("Assim vivem os nossos superfuncionários", 01/08/1976) e sessões privadas de filmes com exibição proibida no país, como "O último tango em Paris", "Laranja mecânica" e "Emanuelle".

> "Para as noites em Brasília, só há uma opção melhor que as festas: as sessões privadas de cinema, um hobby que já faz parte das melhores tradições da cidade. As sessões mais concorridas – e disputadas – são as promovidas por Reis Velloso, Armando Falcão, Ney Braga, Itamaraty, Presidência da República, EMFA, BNDE e outras siglas menos votadas. Com uma atração que nenhum outro cinema pode apresentar: os filmes não são censurados" (*"Em tudo, o clima de uma grande festa". O Estado de S. Paulo, 01/08/1976*)

O texto das reportagens publicadas no primeiro dia da série tem características de editorial e praticamente não apresenta o "outro lado", ou seja, aspas ou declarações das fontes denunciadas. A versão das autoridades políticas e dos dirigentes estatais citados nas matérias aparece nos dias subsequentes, a partir da grande repercussão do assunto nos meios políticos. O jornal abre espaço para a defesa dos acusados principalmente nas matérias "Falcão assegura que gasta pouco" e "DASP garante que intenção de Geisel é coibir abusos", publicadas em 04/08/1976.

As reportagens exigiram observação direta, pesquisa em arquivos e entrevistas com grande número de fontes. Diante da impossibilidade de acesso a documentos oficiais, a reportagem se baseia no empenho pessoal da equipe em obter informações de interesse público que pessoas ou instituições tentam manter em segredo, como a Companhia de Eletricidade do Ceará (Coelce). Questionada sobre os salários de seus diretores, a empresa alegou "segredo de Estado" para não repassar as informações, "pois é um assunto estritamente confidencial, uma vez que não interessa ao grande público" ("As vantagens quase ilimitadas de uma classe especial", 01/08/1976). A questão do público e privado norteia a cobertura:

> "Os carros oficiais servem para levar os filhos dos superfuncionários ao colégio, as madames às butiques e cabeleireiros, os empregados e os funcionários propriamente ditos aos restaurantes. Os automóveis de chapa-amarela que não são particulares podem ser vistos às centenas circulando em Brasília ou nas capitais estaduais. Servem, à custa das empresas, a executivos estatais e suas famílias. Recentemente, um banco oficial renovou sua frota, adquirindo possantes Alfa-Romeo, embora os Dodge Dart de luxo ainda sejam os preferidos" *("As vantagens quase ilimitadas de uma classe especial". O Estado de S. Paulo, 01/08/1976)*

Algumas pautas partiam de anúncios de jornais. Um deles, publicado no *Correio Braziliense*, foi o ponto de partida para o jornal mostrar as altas despesas com as quais o Ministério de Minas e Energia estava disposto a se comprometer para alugar residências oficiais na Península Sul, região nobre de Brasília, que deveriam seriam ocupadas por diretores do ministério. Para estabelecer comparativos entre os salários dos "superfuncionários" brasileiros e os de executivos de empresas privadas ou mesmo autoridades federais americanas, *O Estado de S. Paulo* utilizou como fonte uma pesquisa realizada pela firma americana de consultoria Towers, Perrin, Forst e Crosby. Os salários correspondiam à menor parte do que era pago com dinheiro público diante dos benefícios indiretos de que usufruíam os servidores. Conclui a matéria:

> "No final todas essas vantagens se traduzem em dinheiro e todos os superfuncionários ganham muito mais do que o presidente da República, viajam frequentemente para o Exterior, divertem-se, fazem política e dão presentes a expensas do erário ou dos acionistas das empresas – e o governo é sempre o maior acionista. Mas, mesmo levando em conta os salários propriamente ditos, o superfuncionário brasileiro pode ser incluído hoje entre os mais bem pagos de todo o mundo" (*Idem*)

Casos curiosos de mordomias em outros estados e a prática do nepotismo, que ainda preenche as páginas do noticiário político atual, também fizeram parte da ampla cobertura da equipe de sucursais coordenada por Ricardo Kotscho. Em uma das reportagens, o jornal destaca, com o trocadilho "Oligarcia em Mato Grosso", o poder do governador nomeado de Mato Grosso, Garcia Neto:

> "Os extremos vão de um extremo a outro do país, da administração federal, onde abundam filhos de ministros, à mais humilde prefeitura. No Maranhão, por exemplo, o secretário da Educação Jerônimo Pinheiro contratou recentemente os serviços de diversos parentes. Mas é, sem dúvida, no Mato Grosso, que a administração pública fornece os mais pródigos exemplos da prática do nepotismo no recrutamento dos seus superfuncionários. Estimativas feitas – uma vez que é praticamente impossível levantar-se os números oficiais, devido aos obstáculos de praxe – permitem calcular que a folha de pagamento de familiares do governador nomeado, Garcia Neto, atinge hoje aproximadamente Cr$ 800.000,00" (*"Um médico na CELPA e a 'oligarcia' em Mato Grosso", O Estado de S. Paulo, 03/08/1976*)

A série causou grande repercussão em Brasília. As opiniões de congressistas de oposição sobre a possibilidade de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos "superfuncionários" e a versão das autoridades envolvidas nas denúncias de mordomia

aparecem na terceira e última reportagem de *O Estado de S. Paulo*. A sequência de matérias publicadas em 04/08/1976 demonstra a postura de cobrança e ação fiscalizadora do jornal sobre o campo político: "Denúncia causa indignação em todo o país", "Oposição debate CPI hoje", "Deputado paulista aguarda medidas", "Simon quer que o governo e MDB ajam sem demora" e "Na Câmara, 4 falam contra". As matérias são factuais, com as apurações do dia anterior, no "calor" dos acontecimentos, mas dois aspectos na pauta são ressaltados: os elogios feitos pelos parlamentares ao trabalho investigativo do diário paulistano e os depoimentos que fazem referência ao fim da censura.

> "Um dos parlamentares, o oposicionista gaúcho Aluízio Paraguassu, solicitou a transcrição, nos anais da Câmara, da reportagem publicada na edição de domingo. Ao pedir a transcrição, assim se manifestou Paraguassu: 'Trata-se de um trabalho espetacular, difícil e de fôlego, que só poderia ser feito por um grande jornal como aquele. É realmente uma lição para todos nós'" (*"Na Câmara, 4 falam contra". O Estado de S. Paulo, 04/08/1976*)

> "O líder da oposição no senado, Franco Montoro, e o deputado Tancredo Neves (MDB-MG) saudaram também as denúncias. Para o senador, 'a primeira coisa que o MDB tem a fazer é saudar o governo por permitir que as denúncias fossem feitas". (...) Já Tancredo Neves observou que "a censura não dispõe mais de força moral para impedir que a imprensa divulgue matéria dessa natureza' ("Oposição debate CPI hoje", O Estado de S. Paulo, 04/08/1976)

Conclusão

A série de reportagens conquistou a categoria principal do Prêmio Esso de Jornalismo em 1976, concorrendo com outros 215 trabalhos. Os julgadores do concurso naquele ano reconheceram a importância de *O Estado de S. Paulo* no processo de abertura política do país. Na avaliação do julgador Mussa José Assis, o trabalho "representou para a imprensa brasileira o sinal verde para a volta à prática do verdadeiro jornalismo" (Assis, apud Luz e Borges, 1980: 121).

Apesar da retirada da censura prévia em *O Estado de S. Paulo* em janeiro de 1975, permaneciam em vigor o AI-5 e leis restritivas, como a de Segurança Nacional. Segundo Assis, "não se tinha ideia de até onde os jornalistas poderiam ir no exercício do seu direito de opinar, de criticar, de informar e de ter acesso à informação sem serem atropelados por leis truculentas" (idem). Dessa forma, mesmo sem a pretensão de ser usada como "teste de carga", a série de *O Estado de S. Paulo* contribuiu para levantar "a cortina de medo que pairava sobre a imprensa" (idem:122).

Para alguns pesquisadores, a série premiada em 1976 no programa da Esso deu "nova dimensão ao jornalismo investigativo no Brasil" (Sequeira, 2005: 12). Escreve a autora que

a reportagem do *Estadão* "se converte, como nos Estados Unidos, em representante dos interesses dos cidadãos – desvendando informações que grupos de poder tentam manter escondidas da sociedade (...)" (idem)[7].

Tais considerações apontam para a influência do jornalismo investigativo americano, que tem como princípio básico exercer vigilância sobre a ação do Estado (Silva, 1991). Esse modelo, conhecido como *watchdog role* ("cães de guarda"), foi consagrado com a publicação, em 18 de junho de 1972, da reportagem de dois jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, que culminaria com a renúncia do então presidente Richard Nixon. O episódio ficou conhecido como Caso Watergate[8].

Sem desconsiderar a importância do trabalho jornalístico de *O Estado de S. Paulo* na retomada do debate político sobre corrupção e privilégios no contexto da ditadura militar, devemos lembrar que a relação com o poder é um traço histórico do desenvolvimento dos grupos de imprensa no Brasil. Ainda nos anos 1950, a despeito do discurso de isenção e imparcialidade dos jornais, não houve de fato um processo de autonomização dos produtores de notícias em relação ao campo político. O princípio da objetividade prevalecia apenas retoricamente para legitimar o jornalismo como instituição de poder. Como informa Ribeiro, a "imprensa sempre teve uma relação simbiótica com a política" (2002:16).

Mesmo durante a ditadura, os proprietários de jornais, com algumas exceções, mantiveram-se nas cercanias do poder, assumindo uma visão conservadora da elite liberal. Não obstante, as aproximações e distanciamentos do campo jornalístico com o Estado autoritário se justificavam, em muitos casos, também pela necessidade de sobrevivência dos órgãos de imprensa.

No projeto de abertura "lenta, gradual e segura", *O Estado de S. Paulo* e outros órgãos de imprensa estiveram alinhados com o projeto de liberalização política conduzido habilmente por Geisel e Golbery. Como vimos, os militares firmaram um pacto com donos de empresas jornalísticas: ao mesmo tempo em que retiraram instrumentos de controle governamental, como a censura prévia, o presidente e seu articulador político contavam com o apoio estratégico dos meios de comunicação para uma transição controlada e sem sobressaltos.

[7] Sequeira também destaca a matéria "Descendo aos porões", publicada em 1979 pela revista *Veja*, como emblemática por mostrar o tipo de jornalismo que começava a ser praticado no Brasil. A reportagem denunciava o aparato repressivo dos militares e os métodos de tortura contra os presos políticos.

[8] O escândalo envolvia a prisão de cinco homens que tentavam instalar aparelhos eletrônicos de espionagem no comitê do Partido Democrata, no edifício Watergate. Os dois repórteres descobririam mais tarde que os acusados haviam sido infiltrados pela Casa Branca, a mando do coordenador de segurança do comitê para a reeleição do presidente Richard Nixon.

As matérias de *O Estado de S. Paulo* têm como estratégia discursiva não associar as "mordomias" ao governo do então presidente Geisel, destacando que os privilégios de funcionários do alto escalão em Brasília fazem parte de uma tradição da política brasileira. Do mesmo modo, as reportagens colocam como antagonista da trama narrativa os militares que compunham o grupo identificado com a "linha dura" do regime, contra quem o grupo dos "castelistas", ao qual pertenciam Geisel e Golbery, travava uma disputa interna nos quarteis e gabinetes ministeriais.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas:história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LUZ, Olavo e BORGES, Manoel (org.). **25 anos de imprensa no Brasil – Prêmio Esso de Jornalismo**. 1980.

MOLICA, Fernando (org). **Dez reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. "Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50". Texto apresentado no GT Estudos de Jornalismo no XI Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.